REQUERIMENTO Nº94/2025

AUTORIA: DANYLO ACIOLI

SÚMULA: Pedido de informações às Operadoras de Rede de Internet Móvel TIM, Vivo, Claro e Oi, acerca da cobertura no Município de Apucarana.

Requer com fundamento legal:

no art. 268 do Regimento Interno, que disciplina o pedido oficial de informações aprovado em Plenário;

[...]

no art. 5.º, XXXIII, e no art. 37, § 3.º, II, da Constituição Federal, que consagram o direito fundamental de acesso à informação;

[...]

na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), que regulamenta o direito constitucional de acesso a informações públicas;

[...]

na Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997) e nas regulamentações da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que estabelecem as obrigações das prestadoras de serviços de telecomunicações quanto à qualidade e cobertura dos serviços;

[...]

e no art. 30 da Constituição Federal, que assegura a autonomia municipal para tratar de assuntos de interesse local.

Considerando a prerrogativa fiscalizatória inerente ao Poder Público e o dever de zelar pelo interesse público, bem como o direito fundamental de acesso à informação, consagrado no artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e o princípio da publicidade que rege a Administração Pública (art. 37, caput, CF/88), torna-se necessário buscar esclarecimentos oficiais acerca da situação atual da cobertura e qualidade do serviço de internet móvel na cidade de Apucarana, Paraná.

A disponibilidade e a qualidade do serviço de internet móvel são matérias de relevante interesse público, que impactam diretamente a conectividade dos cidadãos, o desenvolvimento econômico local e a inclusão digital. A transparência e o acesso a dados oficiais são fundamentais para que os representantes eleitos e a sociedade possam compreender a extensão da cobertura e os planos de melhoria das operadoras na região.

A gestão da infraestrutura de telecomunicações e a garantia de acesso a serviços essenciais são atribuições que envolvem a colaboração entre o setor público e as operadoras privadas. A qualidade da cobertura de internet móvel, especialmente em áreas urbanas, é um tema que envolve o planejamento territorial e o interesse local.

Nesta senda, a busca por informações oficiais junto às operadoras de internet móvel é essencial para que o Poder Público Municipal possa exercer suas funções, bem como para garantir que a população de Apucarana tenha conhecimento sobre a disponibilidade e qualidade do serviço em seus bairros, assegurando-se, assim, um fluxo adequado de informações entre as operadoras e a comunidade.

Diante do exposto e com o objetivo de obter informações claras e oficiais para subsidiar a análise e informar a população apucararense, REQUER-SE que as operadoras de rede de internet móvel prestem os seguintes esclarecimentos:

- I. Qual o mapa de cobertura atual do serviço de internet móvel (2G, 3G, 4G e 5G) na cidade de Apucarana, Paraná, com detalhamento por bairros e áreas rurais?
- II. Quais bairros ou regiões de Apucarana não possuem cobertura de internet móvel ou apresentam cobertura deficiente, conforme os dados da operadora?
- III. Existe um plano de expansão ou melhoria da cobertura de internet móvel para as áreas não atendidas ou com cobertura precária em Apucarana? Em caso afirmativo, qual o cronograma previsto para essa expansão/melhoria?
- IV. Quais são as ações e políticas atuais da operadora para garantir a qualidade do serviço de internet móvel (velocidade, estabilidade, latência) em Apucarana, especialmente em horários de pico?

- V. Há previsão de investimentos adicionais para a melhoria da infraestrutura de rede (instalação de novas torres, atualização de equipamentos, etc.) em Apucarana a curto e médio prazo? Em caso afirmativo, quais são esses investimentos e seus respectivos cronogramas?
- VI. Quais são os canais de comunicação disponíveis para que os cidadãos de Apucarana possam reportar problemas de cobertura ou qualidade do serviço de internet móvel?
- VII. A operadora possui dados ou estudos sobre a satisfação dos usuários em Apucarana em relação à cobertura e qualidade do serviço de internet móvel? Em caso afirmativo, poderiam ser compartilhados?
- VIII. Quais medidas estão sendo tomadas para atender à demanda crescente por conectividade em Apucarana, considerando o aumento do uso de dispositivos móveis e a necessidade de acesso à internet para atividades essenciais (educação, trabalho, saúde)?

JUSTIFICATIVA

A presente proposição reitera, com renovado vigor, a busca por esclarecimentos oficiais e circunstanciados acerca da situação da cobertura e qualidade do serviço de internet móvel na cidade de Apucarana. É imperativo abordar a crescente preocupação da população com a falta de acesso ou a precariedade do serviço em diversos bairros, o que compromete não apenas a comunicação e o lazer, mas também o acesso a serviços essenciais, a educação a distância e o desenvolvimento de atividades econômicas.

A matéria transcende o mero interesse administrativo, tocando em pontos nevrálgicos da vida comunitária e econômica, e exigindo, por isso, um manancial de informações claras e precisas para o devido e atento acompanhamento por parte do Poder Público Municipal, no indeclinável exercício de sua função fiscalizatória, bem como para o necessário conhecimento e eventual participação da sociedade local e dos empresários instalados na região.

Nesta senda, a solicitação de dados junto às operadoras de internet móvel não representa mera formalidade, mas sim a efetivação de garantias constitucionais basilares: o direito fundamental de acesso à informação (art. 5º, XXXIII, CF/88), o princípio cardeal da publicidade administrativa (art. 37, caput, CF/88), e as diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Ademais, visa assegurar a transparência indispensável sobre eventuais projetos que possuam interface com o planejamento urbano e o interesse local, respeitando a autonomia municipal, contida no art. 30 e 182, da Constituição Federal de 1988.

Neste diapasão, a obtenção destas informações é, portanto, um passo primordial e inadiável para subsidiar análises futuras abalizadas, permitir o efetivo controle social e assegurar que a representação popular e a sociedade civil organizada disponham dos elementos fáticos e técnicos necessários para compreender quaisquer planos em desenvolvimento que afetem o destino do Município e, em particular, a conectividade de seus cidadãos.

Face à indiscutível importância e à manifesta pertinência da matéria, roga-se que as informações requestadas sejam prestadas dentro do prazo legal estabelecido, com a amplitude e a precisão que o tema requer.

Por derradeiro, aproveito o ensejo para renovar os meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das sessões, data da assinatura eletrônica.

DANYLO ACIOLI
Vereador/Presidente